



EDUCAÇÃO DO CAMPO E TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO CAMPESINO EM CORONEL JOÃO SÁ-BA

JAILDA EVANGELISTA DO NASCIMENTO CARVALHO

EIXO: 3. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS

RESUMO

As reflexões desse texto se situam em torno da relação entre educação e trabalho no contexto da população do campo no município de Coronel João Sá – BA. É um texto produzido a luz de conversas informais com professores que trabalham nas escolas do campo nesse município, bem como nos referenciais teóricos que sustentam essa discussão. O objetivo central desse texto é refletir acerca da Educação do Campo e sua relação com a formação docente no contexto campesino desse município. Através da análise das informações coletadas, inferiu-se que a educação que está sendo ofertada aos sujeitos do campo não está sendo satisfatória, pois a carência de cursos de formação para os professores que atuam nessa área ainda é muito grande, fato que pode influenciar negativamente[i] na prática docente desses professores.

Palavras-chave: educação do campo; formação de professores; trabalho docente.

ABSTRACT

The reflections of this text are located around the relationship between education and work in the context of the rural population in the municipality of Coronel João Sá - BA. It is a light text produced informal conversations with teachers working in schools of the field in this municipality as well as the theoretical framework underpinning this discussion. The central aim of this paper is to reflect on the Rural Education and its relationship to teacher training in campesino context of this municipality. By analyzing the information collected, it was inferred that the education that is offered to the subjects of the field is not being satisfactory, since the lack of training courses for teachers working in this area is still very large, which may negatively influence in the teaching practice of these teachers.

Keywords: rural education; teacher training; teaching

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a sociedade brasileira vive mergulhada numa gama de tecnologias que avança cada dia mais em sua qualidade. Porém, as pessoas precisam ter conhecimento dessas tecnologias da informação e comunicação para que possam lidar com essas ferramentas que estão invadindo cada vez mais o mundo do trabalho. Dessa forma, o cidadão necessita se apropriar dessas novas tecnologias para que possam trabalhar e se relacionar de forma mais acessível com as pessoas.

Nesse contexto, ressalta-se a importância da escola como colaboradora para a formação do cidadão com esse novo perfil profissional, pois é através dela que os sujeitos têm acesso a informações que irão aperfeiçoar seus

conhecimentos para a melhoria da sua qualificação no trabalho.

Assim, observa-se que a educação de qualidade é de fundamental importância para a formação do profissional do futuro, pois é ela que dará as bases necessárias o sujeito escolher e seguir sua carreira profissional. Dessa forma, ao voltar o olhar para os sujeitos que vivem no campo, identifica-se que essa realidade ainda está longe de ser materializada, porém a luta dos movimentos sociais tem sido constante na tentativa de ter seus direitos assegurados, seja no campo da educação, seja no trabalho.

Pesquisa realizada por diversos autores dessa área, apontam tantas dificuldades desses sujeitos quanto ao acesso à educação, bem como a uma série de elementos que são necessários para sua sobrevivência no campo. Pois, esses sujeitos vivem muitas vezes de forma precária tanto no que dizem respeito à moradia, trabalho, educação de qualidade quanto a cultural e o lazer que são direitos básicos assegurados para uma vida digna.

Nesse sentido esse texto se propõe a refletir sobre a educação do campo e sua relação com a formação de professores no contexto campesino no município de Coronel João Sá-BA. Na primeira parte faz-se uma reflexão sobre a qualidade da educação do campo ofertada para os sujeitos do campo nesse município e em seguida acerca da formação de professores.

2 REFLETINDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Autores como (ARROYO, 2007; CALDART, 2002; VENDRAMINI, 2007), apontam que os povos do campo juntamente com os movimentos sociais pautados nas leis de ordenamento legal (LDB, Constituição, resoluções, diretrizes etc.) estão conquistando cada vez mais seu espaço nas discussões sobre as políticas públicas educacionais do país nas últimas décadas.

Essas conquistas são frutos da insatisfação desses sujeitos com a qualidade da educação que está sendo ofertada aos seus filhos, educação esta que surgiu no modelo urbanocêntrico e que pouco ou quase nada tem a ver com a realidade desses sujeitos, bem como com as condições de vida desses povos.

Dessa forma, começaram a lutar pelos seus direitos que estão assegurados nos textos de ordenamento legal e tiveram como uma das primeiras conquistas a I Conferência de Educação do Campo realizada em 1998 em Luziânia (GO) organizada pelos movimentos sociais juntamente com outras instituições.

Com essa Conferência se objetivava reunir diversas parcerias para discutir os interesses desses sujeitos em relação a educação e a vida no campo, através dessa conferência começaram ganhar espaços para participarem mais intensamente das discussões sobre a educação do campo na busca de políticas públicas específicas que sejam voltadas para a realidade do povo que trabalham e vivem no campo.

Dessa forma a Educação Rural que a partir da I Conferência de Educação do Campo ganhou outra denominação, Educação do Campo, se pauta em um “processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações”. (CALDART, 2004, p. 17).

Através de muitas lutas e reivindicações esses sujeitos alcançaram diversas conquistas tais como: as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas; Parecer nº 36/2001; Resolução nº 1/2002, Licenciatura em Educação do Campo, Curso Pedagogia da Terra, dentre outras, todas essas conquistas contribuíram para a definição da identidade da educação que se almeja para o Campo, bem como os projetos voltados para melhoria da qualidade de vida e também para a qualificação do trabalho no contexto campesino. Pode-se citar como exemplo o programa Projovem Campo, esse foi um dos programas governamentais voltados para educação do campo que engloba também qualificação profissional para jovens do campo com idade entre dezoito e vinte e cinco anos.

Dessa forma, observa-se que educação, formação e trabalho são elementos imprescindíveis e inseparáveis para vida do ser humano, segundo (SAVIANI, 2007, p. 152), “Trabalho e educação são atividades especificamente humanas”, sem esses dois elementos o ser humano não tem como humanizar-se socialmente.

É nesse contexto que os sujeitos campesinos juntamente os movimentos sociais lutam intensamente pelos seus direitos, pois estes visam o futuro dos seus filhos numa sociedade globalizada e que em pleno século XXI ainda percebe-se algumas referências aos sujeitos do campo como povos atrasados e que não precisam de educação de qualidade que apenas adaptando a educação construída para o contexto urbano ao contexto rural já é suficiente para viver no campo, pois para se trabalhar com a terra não precisa saber ler nem escrever, os saberes populares[1] já são suficientes para tal fim.

Nesse contexto as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do campo define a identidade dessas escolas pela

[...] sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos

estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002, p. 03).

Nesse sentido, observa-se que os sujeitos campesinos precisam de escolas, que trabalhem de acordo com a realidade vivenciada por eles, que respeite seu modo de vida, sua identidade, seu espaço e tempo, mas que não deixe de inserir elementos que possam contribuir para o avanço dos conhecimentos globais, pois esses sujeitos mesmo vivendo no campo fazem parte da sociedade globalizada, quando se pensa em um país não pode se pensar apenas no contexto urbano, precisa-se pensar em soluções para uma sociedade coletiva sem distinção de contexto social, ressaltando que todos se constituem em sujeitos direitos perante a Constituição Federal.

É nesse contexto de lutas e dificuldades que se encontram as escolas do município de Coronel João Sá – BA, escolas precárias em suas condições de funcionamentos, estrutura física, materiais, transporte escolar dentre outras coisas. Dessa forma, questiona-se como esses povos podem viver em suas comunidades sem que seus direitos sejam respeitados e que as políticas públicas mesmo que compensatórias poucas chegam para melhorar a qualidade de vida desses povos.

No entanto, esses sujeitos precisam de educação que vá além da escola, que seja um instrumento que possa incentivá-los a viverem em suas comunidades trabalhando, produzindo para o seu sustento, bem como para satisfazer as suas necessidades, pois os sujeitos do campo não sujeitos dotados apenas de fragilidades eles também têm suas potencialidades que precisam ser exploradas e usadas em seu próprio benefício.

De acordo com (VENDRAMINI, 2007, p. 127) “desde a década de 1920, a educação continuou precária, não conseguindo garantir escolaridade mínima fundamental ao homem do campo”. Assim, percebe-se que a precariedade da educação em especial no contexto do campo não é recente.

Para (SOUZA, 2006, p. 49) “os processos educativos, sejam formais ou não – formais, têm contribuído no repensar das relações de trabalho com a terra”, visto que o sujeito do campo nasceu e cresceu em contato com terra, no entanto precisa ser orientado a conviver com ela para retirar seu sustento sem causar danos ao meio ambiente, uma vez que estes sujeitos precisam se tornar autônomos e trabalhar para produzir seu próprio sustento.

Segundo (NETO, 2009, p. 13) “a escola precisa preparar as crianças e os jovens no meio rural. Desenvolver o amor pelo trabalho na terra e trazer conhecimentos que ajudem concretamente o assentamento a enfrentar seus desafios na produção, na educação, na saúde, na habitação”. Uma educação “que pretenda contribuir para formar pessoas que caminhem no sentido de uma autêntica comunidade humana, deve nortear-se pela perspectiva da emancipação humana e não pela perspectiva da construção de um mundo cidadão. (TONET, 2007, p. 33-34).

Nesse contexto, (TONET, 2007, p. 9) afirma que “se levarmos em conta as transformações no mundo do trabalho, que estão em curso nas últimas décadas, não há dúvidas de que a educação já não responde as necessidades do momento atual.

Ainda segundo (NETO, 2009, p. 13) “o ensino deve partir da prática e levar ao conhecimento científico da realidade”. A experiência é um fator de grande importância para que possa chegar ao conhecimento científico elaborado, o qual o sujeito campesino precisa ter acesso para compreender os avanços e a realidade da sociedade a qual estar inserido, visto que este possui seus saberes historicamente construídos.

Dessa forma, a educação traz um conjunto de conhecimentos e prática que instiga o sujeito a compreender o campo não só como espaço solidariedade e emancipação, mas também como um espaço de transformação social para o sujeito que vive nele, podendo lutar para adquirir melhores condições econômicas para viver bem com sua família. Entretanto, a educação reivindicada por esses povos é uma educação cidadã como afirma (TONET, 2007, p. 29) uma educação que

[...] não vise apenas formar indivíduos para a reprodução direta e imediata de mão de obra para capital, mas que sejam trabalhadores cidadãos. Capacitados para atender às novas exigências do processo produtivo, mas também consciente dos seus direitos e dispostos a participar ativa e criticamente da construção de uma sociedade mais justa, mais humana e mais igualitária.

É desse novo contexto educacional que a sociedade precisa para que possa se apropriar de conhecimentos que os direcionem para o caminho da construção de uma vida mais digna e humana em seu próprio contexto social.

3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM CORONEL JOÃO SÁ BAHIA

O município de Coronel João Sá está situado no nordeste da Bahia a 400 quilômetros da capital Salvador. É um município que vem, enfrentando dificuldades quanto a educação do campo, pois ainda não dispõe de propostas específicas para a Educação do Campo excetuando os programas Escola Ativa e Projovem Campo que são direcionados aos sujeitos do campo.

Atualmente, esse município vem tentando implantar um novo modelo de escola para atender aos sujeitos do campo. Esse modelo é o processo de nucleação das escolas com o intuito de seriar essas escolas, onde os alunos de várias comunidades precisam se deslocarem para uma escola polo que abriga esse contingente de alunos das comunidades vizinha. Dessa forma, as demais escolas serão fechadas, o que segundo a secretaria de educação com essa nucleação diminuirá os gastos financeiros, não respeitando as leis que asseguram os direitos dos povos do campo.

Dessa forma, ficam os seguintes questionamentos: será que a solução está na nucleação e seriação das escolas? Essa redução de gastos financeiros contribui para a solução da precariedade das questões educacionais no município?

Segundo o Secretário municipal de Educação, para o município não é interessante manter ativas escolas com o número reduzido de alunos gerando despesas desnecessárias. Mais uma vez é importante ressaltar, será que as dificuldades dos povos que vivem em comunidades que ficam distantes da escola núcleo não irão aumentar devido ao deslocamento dos alunos muitas vezes pequeninos, alunos da educação infantil, e que tem que sair de suas casas bem mais cedo para pegar ônibus e deslocar-se para outra comunidade para estudar sendo que é um direito dele estudar na sua própria comunidade.

4 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO CAMPO

O trabalho do campo no Brasil sempre foi voltado para diversas atividades tais como: agricultura, pecuária, extrativismo, pesca dentre outras atividades que são desenvolvidas pelos sujeitos camponeses, os quais desenvolvem atividades diversas tanto produzindo para sua subsistência quanto vendendo sua força de trabalho a outras pessoas visando ganhar dinheiro e complementar a renda familiar.

É através dos estudos realizados acerca dos sujeitos camponeses que pode-se identificar as desigualdades sociais existentes em nosso país. Pois, enquanto uns desenvolvem diversas atividades na busca de seu sustento e do sustento de sua família, outros ficam nas empresas apenas esperando por esses produtos que são produzidos com tanta precariedade no meio rural. Onde os trabalhadores produzem para seu sustento e exportam seu excedente.

Para (VEDRAMINI, 2007, p. 125) o campo se constitui como um “espaço de trabalho, de vida, de relações sociais e de cultura de pequenos agricultores: espaço de grande exploração de trabalhadores, especialmente o trabalho temporário, sem relações contratuais, de pessoas que vagueiam pelo país para acompanhar os períodos de colheitas”.

É nesse período que ocorre o maior número de exploração de mão-de-obra, pois um grande número de trabalhadores são contratados para vender sua força de trabalho por valores baixíssimos aos fazendeiros que precisam fazer a colheitas de suas lavouras.

Atualmente, com a expansão do agronegócio e das novas tecnologias para a área rural essa forma de exploração de mão-de-obra tem diminuído, grande parte dos fazendeiros investem em máquinas que substituem a mão-de-obra braçal, o que prejudica grande parte dos trabalhadores do campo que não tendo outro meio de sobrevivência são obrigados a vender sua força de trabalho, mesmo assim, ou adotar a mão-de-obra mais avançada (as máquinas) essa forma de trabalho está se tornando cada vez mais precária.

Segundo Tonet (2007)

[...] nas últimas décadas, com a revolução informacional, o mundo do trabalho sofreu profundas mudanças. Instaurou-se - algo que ainda está em andamento - um novo modelo produtivo, caracterizado pela incorporação cada vez maior da ciência e da tecnologia à produção, pela flexibilidade, pela descentralização, pela necessidade de um giro muito rápido dos produtos e por uma produção voltada para o atendimento de uma demanda mais individualizada. (TONET, p. 09)

Nesse contexto, observa-se a ganância das grandes empresas por uma produção cada dia maior, no intuito de atender as demandas do mercado mundial. Dessa forma, procuram investir em máquinas que reduzem o tempo de trabalho, mas que produzem com mais eficiência do que um trabalhador individual.

É importante compreender que esse avanço tecnológico no mundo do trabalho também exige outro perfil de trabalhador, um trabalhador que saiba lidar com as máquinas, bem como com as novas tecnologias. Assim, para se inserir nesse novo contexto de trabalho o sujeito do campo necessita se qualificar para trabalhar, dessa forma com os baixos salários

que são pagos a esses sujeitos de forma (informal) sem direitos trabalhista nenhum, sua única esperança está na educação que, segundo (TONET, 2007, p. 10) esta tem como “função essencial preparar os indivíduos para o trabalho”, pois sem o trabalho o homem não tem como sobreviver, é através dele que encontra subsídios para satisfazer suas necessidades.

Ainda de acordo com esse mesmo autor “o trabalho é o fundamento ontológico do ser social. E que todas as outras dimensões sociais - a exemplo da política, do direito, da ciência, da arte, etc. – mantêm com ele uma relação de dependência ontológica e de autonomia relativa. (TONET, 2007, p.27), pois sem o trabalho o homem não tem como satisfazer suas necessidades.

No entanto, para esse novo modelo de trabalhador que a sociedade atual está exigindo precisa –se pensar em políticas públicas que possam qualificar os sujeitos do campo para que esses sujeitos possam continuar trabalhando para sobreviver.

Para Bruno, (1996) a qualificação

[...] diz respeito à capacidade de realização das tarefas requeridas pela tecnologias capitalistas. Esta capacidade pressupõe a existência de dois componentes básicos: um muscular e outro intelectual, que têm sido combinados de diferentes formas nas sucessivas fases do capitalismo e nos diversos tipo de processo de trabalho (BRUNO, 1996, p.92)

Nesse contexto, observa-se que para se qualificar o trabalhador precisar se apropriar das novas tecnologias, bem como de elementos intelectuais buscando satisfazer as necessidades do capitalismo atual.

Ainda segundo (BRUNO, 1996, p.65)

[...] no âmbito da reestruturação do trabalho, as exigências quanto à qualificação das novas gerações em processos de formação visam sobretudo a três tipos de competências: competências de educabilidade, isto é, capacidade de aprender a aprender; competências relacionais; competências técnicas básicas relacionadas com os diferentes campos de conhecimentos.

Dessa forma, percebe-se que para atender as exigências do mundo do trabalho está cada vez maior, há alguns anos atrás para ser um bom trabalhador do campo bastava saber lidar com a terra e ter alguns conhecimentos populares em relação ao tempo espaço no campo, atualmente, o sujeito do campo se encontra mergulhado numa diversidade de informações e equipamentos que exigem diferente habilidades e competências para que possa trabalhar no campo.

Para (RAMOS, 2002, p. 35) “o uso mais corrente do termo qualificação se relaciona aos métodos de análise ocupacional”, que visavam identificar as características do posto de trabalho e delas inferir o perfil ocupacional do trabalhador apto a ocupá-lo. Ainda segundo essa mesma autora o “termo qualificação é visto pela ótica do posto de trabalho, este termo se relaciona ao nível de saber acumulado expresso pelo conjunto de tarefas a serem executadas quando o trabalhador viesse a ocupar aquele posto”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir acerca da Educação do Campo e sua relação com a formação docente, observa-se as dicotomias que veem acontecendo entre o que está assegurado nos textos de ordenamento legal e a prática que é explicitada por alguns pesquisadores dessa temática.

Identifica-se também que ainda existem grandes resistências políticas e educacionais para que essas leis sejam cumpridas, fato que necessita de grandes mudanças no contexto sócio –político, mudanças que precisam serem feitas em vários setores a saber: educacionais, sociais e comunitários para que se possa implantar a educação do campo que seja voltada para a realidade das comunidades as quais as escolas estão inseridas.

Considerando as informações obtidas através dos textos estudados, bem como das conversa informações com os sujeitos do campo percebe-se que existe muitas dificuldades por parte dos professores para realizar seu trabalho em sala de aula, visto que a maioria desses ressaltaram a precariedade de material didática-pedagógica, espaço físico inadequado, problema com transportes dos alunos, ausência da gratificação interiorana, falta de incentivos para continuar sua formação, dentre outros fatores.

Constatou-se ainda que esses professores veem a escola como um ambiente onde os alunos podem aprender além de

ler e escrever muitas coisas importantes para seu futuro intelectual e pessoal, visto que a escola tem como um dos princípios educacionais a valorização das diversidades culturais, étnico-raciais e o respeito às singularidades de seus alunos, procurando atender as suas demandas de acordo com suas especificidades locais.

Para esses professores a aprendizagem é considerada de fundamental importância para a realização dos projetos futuros tanto dos alunos quanto das comunidades, uma vez que ao adquirir conhecimentos o sujeito fica cada vez mais instruído para lutar pelos seus direitos tendo argumentos para dialogar de forma coerente com os demais cidadãos que estão à frente das políticas públicas do país. No entanto, sabe-se que a escola do campo e seus profissionais não se afirmarão se o projeto político tiver como objetivo expulsar os povos do campo, para expandir o agronegócio e acabar com a agricultura familiar. Esse município necessita de projetos que busquem afirmar os sujeitos do campo, bem como subsidiá-lo para melhorar sua vida na comunidade onde vive.

[1] Ver Tardif (2008)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da educação. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do campo**. Secretaria de Alfabetização Continuada e Diversidade/ MEC, 2002.

BRUNO, L. **Educação, qualificação e desenvolvimento econômico**: In: Bruno, L. (Org.) Educação e Trabalho no capitalismo contemporâneo. Atlas, São Paulo, 1995.

CALDART, R.S. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S.M.S.A. **Por uma educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por uma educação do campo", 2004, p. 13-52.

NETO, Menezes A. J. **Formação de professores para educação do campo**: projetos sociais em disputa. In: Martins, A. A. Educação do campo desafios para formação de professores. Belo Horizonte, Autentica, 2009.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo, 2001.

Saviani, Derneval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v.12, n. 34, jan/abr, 2007.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo**: propostas e práticas pedagógicas no MST. Petrópolis, RJ: vozes, 2006.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Educação e trabalho**: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. Cad. Cedes, Campinas, Vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007. Disponível em <<http://WWW.cedes.unicamp.br>>.

Professora da Educação Básica no Estado de Sergipe, mestre em Educação, participa do grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais. jayldacarvalho@gmail.com

Recebido em: 19/07/2015

Aprovado em: 21/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: